

Sumário

Apresentando a 2ª Edição – Notas sobre o Novo Direito Antidiscriminatório Brasileiro	I
1. O sujeito do Direito Antidiscriminatório no Direito brasileiro: minorias como grupos vulneráveis ou vulnerabilizados	III
2. O objeto do Direito Antidiscriminatório: discriminação em sentido forte e espécies de discriminação	VIII
2.1 Classificação quanto aos mecanismos de discriminação: discriminação direta e discriminação indireta.....	X
2.2 Classificação quanto à intencionalidade: discriminação intencional e discriminação não-intencional.....	XV
2.3 Classificação quanto aos agentes: discriminação individual e discriminação institucional	XVI
2.4 Classificação quanto à natureza do agente da discriminação: discriminação pública ou discriminação privada	XVIII
2.5 Existe uma “discriminação positiva”? A distinção tradicional e sua superação normativa	XIX
3. O Direito Constitucional Antidiscriminatório e o bloco de constitucionalidade igualitário: a Constituição de 1988, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Interamericana Contra o Racismo	XX
4. Os remédios do Direito Antidiscriminatório: nulidade de práticas discriminatórias, direito à adaptação razoável e políticas afirmativas públicas e privadas	XXV
5. Discriminação indireta nos últimos anos: o que mudou? Um guia para a leitura desta obra.....	XXXI

Introdução	1
-------------------------	----------

- Parte I -

**Igualdade, Reconhecimento e Discriminação:
Repensando a Igualdade Perante a Lei**

1. Por que desvendar os olhos da igualdade perante a lei?	15
2. Igualdade e reconhecimento: o potencial emancipatório do princípio jurídico da igualdade	37
2.1 Antecedentes teóricos: o paradigma distributivo de justiça à luz das teorias de John Rawls e das críticas apresentadas por Walzer e Young	43
2.2 O paradigma do reconhecimento a partir das obras de Taylor, Fraser e Axel Honneth	51
2.3 Três funções do princípio jurídico da igualdade: ruptura de privilégios, expansão do Direito e pluralização dos horizontes de valor	68
2.4 Conclusões parciais.	80
3. A igualdade perante a lei como um princípio de não discriminação: possibilidades e riscos	83
3.1 Desiguais perante a lei e o problema das minorias: exclusão, invisibilidade, opressão e dominação	85
3.2 O princípio da igualdade perante a lei como um princípio de não discriminação	94
3.3 Riscos da teoria: o modelo semitradicional da sociedade brasileira e a relevância do sentido clássico da igualdade perante a lei	104
3.4 Conclusões parciais.	115

- Parte II -
Discriminação Indireta no
Direito Constitucional Brasileiro:
Uma Proposta Metodológica

4. A discriminação indireta no direito comparado e no direito internacional dos direitos humanos.....	117
4.1 Justificativa para o estudo do direito comparado e do direito internacional dos direitos humanos: a discriminação indireta para além do direito norte-americano.....	117
4.2 A discriminação indireta nos Estados Unidos: a teoria do impacto desproporcional.....	123
4.3 A discriminação indireta no Canadá: a teoria da discriminação por efeitos adversos	137
4.4 A vedação à discriminação indireta no Direito Comunitário Europeu e nos países na União Europeia.....	150
4.5 O conceito de discriminação indireta no Direito latino-americano: as contribuições da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Constitucional da Colômbia.....	164
4.5.1 A discriminação indireta nos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos.	164
4.5.2 A discriminação indireta nos países latino-americanos e a jurisprudência da Corte Constitucional da Colômbia	171
4.6 Conclusões parciais	183
5. Uma proposta de análise da discriminação indireta em três etapas: demonstração do caso <i>prima facie</i> , proporcionalidade do ato e possibilidade de adaptação razoável.....	185

5.1 A discriminação indireta no Brasil: o quadro atual e fundamentos para uma análise em três etapas	185
5.2 Primeira etapa: apresentação do caso de discriminação indireta <i>prima facie</i>	193
5.2.1 O ato público ou privado que emprega critérios de classificação aparentemente neutros.....	194
5.2.1.1 Natureza pública ou privada do ato: eficácia vertical e eficácia horizontal da igualdade como vedação à discriminação indireta.....	194
5.2.1.2 O ato aparentemente neutro: ausência de intenção discriminatória e adoção de critérios classificatórios não proibidos	202
5.2.2 Efeitos adversos do ato: a restrição de direitos e a desigualdade em comparação com outros grupos sociais ...	205
5.2.3 A pessoa ou grupo constitucionalmente protegido	213
5.3 Afastando a discriminação indireta? O teste integrado de igualdade e as consequências de uma defesa bem-sucedida	221
5.3.1 “Não há mundo social sem perdas”: a justificação da discriminação indireta como uma defesa necessária no contexto do pluralismo social	222
5.3.2 Mecanismos para a justificação do ato gerador da discriminação indireta: da necessidade do negócio ao dever de proporcionalidade estrita.....	228
5.3.2.1 Mecanismos desenvolvidos no direito comparado: justificativa negocial, necessidade do negócio e exigência adotada de boa-fé	228
5.3.2.2 Possibilidades e limites do princípio da proporcionalidade.....	232

5.3.3.3 A contribuição da Corte da Colômbia: o juízo integrado de proporcionalidade como mecanismo adequado à proteção de minorias	239
5.3.3 A proporcionalidade do ato não afasta a discriminação indireta.....	250
5.4 A possibilidade de acomodação razoável como terceira etapa da análise da discriminação indireta.....	253
5.4.1 O conceito de acomodação razoável e fundamentos para sua aplicação no ordenamento brasileiro	253
5.4.2 Limites à acomodação: o “razoável” como “proporcional” e o dever de cooperação na acomodação	259
5.5 Alguns breves exemplos de aplicação do modelo	266
5.5.1 Situação 1: ausência de caso de discriminação indireta prima facie por falta de um de seus elementos	266
5.5.2 Situação 2 e o segundo resultado da aplicação do modelo: ausência de justificação da discriminação indireta perpetrada.....	269
5.5.3 Situações 3 e 4: a acomodação irrazoável e a acomodação razoável.....	271
5.6 Conclusões parciais	273
Conclusões.....	277
Referências Bibliográficas.....	281